

Catálogo Temático da Biblioteca

**Comemorativo ao
Dia Nacional da Ciência
e dos Pesquisadores
Científicos**

Biblioteca da Escola Superior do
Ministério Público da União

Edição n. 5
Brasília – Julho/2022



Catálogo Temático da Biblioteca

COMEMORATIVO AO DIA NACIONAL DA CIÊNCIA E DOS PESQUISADORES CIENTÍFICOS

Ramo do conhecimento: Pesquisa Científica
Edição n. 5 | Brasília, julho de 2022

Todos os direitos reservados a

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

SGAS Quadra 603 Lote 22 Brasília-DF | 70200-630

www.escola.mpu.mp.br | esmpu@escola.mpu.mp.br

Alcides Martins Diretor-Geral

Manoel Jorge e Silva Neto Diretor-Geral Adjunto

Carlos Vinícius Alves Ribeiro Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação

Graziane Madureira Secretária de Comunicação Social

Ivan de Almeida Guimarães Secretário de Administração

Rajiv Geeverghese Secretário de Tecnologia da Informação

Idealização e Elaboração

Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação – Secin

Coordenadoria de Gestão da Informação e do Conhecimento – Cogic

Divisão de Gestão da Informação – Digi

Divisão de Desenvolvimento Científico – Didec

Núcleo de Biblioteca e Pesquisa – Nubip

Editoração

Secretaria de Comunicação Social – Secom

Apresentação

Leitoras e leitores, chegamos ao quinto número do **Catálogo Temático da Biblioteca** da Escola Superior do Ministério Público da União!

A data homenageada na presente seleção de obras destaca a importância dos cientistas para a sociedade. Em 8 de julho de 1948, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade civil, sem fins políticos ou posições partidárias, que desenvolve atividades para expandir e aperfeiçoar os sistemas nacionais de ciência e tecnologia. A data oficializou, portanto, o **Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico**.

Nesta edição, apresentamos a nova seção “Palavras dos Especialistas”. Nela contamos com a prestigiosa colaboração de dois professores vinculados à ESMPU: o professor, mestre em Direito, José Eduardo Barbieri; e o professor, pesquisador e procurador da República Edilson Vitorelli Diniz Lima. O primeiro discorre sobre a relevância do fazer científico, da pesquisa e do Ministério Público como fomentador dessas práticas. Por sua vez, Vitorelli faz um breve relato acerca da grande importância do Ministério Público na vida concreta dos cidadãos e da utilização do conhecimento e das pesquisas desenvolvidas para encontrar as soluções dos problemas urgentes da sociedade.

Neste catálogo, a seleção inclui cinco obras do acervo físico e seis do acervo digital, incluindo as imagens das capas, referências bibliográficas, resumo e localizações virtual e física dos materiais. A seleção baseou-se em critérios de autoridade e ano de publicação. As informações referentes aos autores foram retiradas da plataforma Currículo Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e os resumos foram extraídos dos sítios das editoras.

Além dessas obras, destacamos também os seguintes normativos da ESMPU que tratam sobre a temática:

- [Portaria PGR/MPU n. 95, de 20 de maio de 2020](#), que aprovou o Estatuto da ESMPU e a [Resolução CONAD n. 05, de 22 de julho de 2020](#), que aprovou o Regimento Interno da ESMPU. Ambos normativos preceituam o desenvolvimento de projetos e de programas de pesquisa como um dos objetivos da ESMPU;
- [Resolução CONAD n. 12, de 12 de dezembro de 2019](#), que aprovou o Regulamento das Atividades de Pesquisa Científica Aplicada da ESMPU. O art. 1º do normativo conceitua Pesquisa Científica Aplicada (PCA) no âmbito da ESMPU como “a atividade de problemas teóricos ou práticos, por meio do emprego de métodos científicos, sobre as atribuições do Ministério Público da União (MPU) e com a finalidade de gerar impacto social e institucional”; e
- [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\) 2020-2024](#), que caracteriza a identidade da ESMPU “como Escola de Governo qualificada para o desenvolvimento do tripé acadêmico ‘ensino, pesquisa e extensão’, com a honrosa incumbência de reconhecer socialmente e valorizar o Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado”.

Tendo como premissa a missão de fomentar a pesquisa e divulgar o pensamento científico, a ESMPU disponibiliza em sua linha editorial “[Série Pesquisas ESMPU](#)” alguns dos resultados de atividades de pesquisa científica. Os e-books editados pela Escola podem ser baixados gratuitamente.

Lembramos que o **Catálogo Temático da Biblioteca** não inclui todas as publicações do nosso acervo sobre a matéria em foco e cujo acesso é franqueado aos discentes, docentes, membros e servidores da ESMPU. O catálogo é, pois, um incentivo à disseminação do conhecimento entre a comunidade acadêmica da instituição.

Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar aqui o agradecimento à Secretaria de Comunicação Social da ESMPU, pela enorme colaboração no desenvolvimento dessa iniciativa, e à Divisão de Desenvolvimento Científico pelas valiosas contribuições.

E para finalizamos, citamos o grande cientista Carl Edward Segan: “existem muitas hipóteses em ciência que estão erradas. Isso é perfeitamente aceitável, elas são uma abertura para achar as que estão certas”.

Boa leitura!

Palavras dos Especialistas

A pesquisa e o Ministério Público

A Ciência exige a utilização de métodos e procedimentos anteriormente validados pela comunidade científica, bem como a definição e delimitação do objeto que servirá de base para o estudo. No mundo do conhecimento, esses são os instrumentos necessários para que o pesquisador inicie sua jornada para desvendar os mistérios, romper a ignorância e vislumbrar, mesmo que de forma momentânea e fugaz, uma gota desse universo de conhecimento chamado “Verdade”, pois é nesse instante que o pesquisador, respondendo a sua “interrogação inicial”, se vê novamente diante do questionamento e, de forma insaciável, retoma a sua busca do conhecer, carregando em si a eterna chama da dúvida “Será?” .

Pesquisar é ação da procura diligente, prudente, aplicada; é investigar com afincos e acuidade; é indagar sobre os fatos de modo a compreender o nexo/liame dos acontecimentos e ter como resultado a inter/multi/meta/transformação do micro/macro, individual, coletiva e difusa da realidade.

De *prima facie* essas são as ações inerentes do Ministério Público para a manutenção e a concretização humanizada do Estado Democrático de Direito, bem como a busca pela justiça social e o bem comum. De imediato, se percebe que o(a) membro(a) do Ministério Público em sua função também pratica pesquisa, ou melhor, a sua função como *Parquet* é campo inesgotável para pesquisa.

Por essa razão, a Escola Superior do Ministério Público da União é laboratório e espaço para a realização e consagração das experiências vividas pelos(as) membros(as) e servidores(as) do Ministério Público no seu cotidiano, sendo o lugar comum de partilhar de dúvidas e indagações próprias da “rotina funcional”, servindo-se de local para a busca continuada e dialogada de problemas/soluções e perguntas/respostas.

José Eduardo Barbieri

Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Professor da Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Ciência, sinergia e o Ministério Público

O Ministério Público é uma instituição nas fronteiras do conhecimento. Primeiramente, do conhecimento jurídico. É papel constitucional do Ministério Público estender as fronteiras do direito em defesa da sociedade, não para defender teses absurdas ou despropositadas, é claro, mas para permitir que o ordenamento jurídico se efetive na vida concreta dos grupos e dos cidadãos, especialmente os mais marginalizados.

É claro que o Ministério Público não está sozinho nesse papel. Ele envolve também as outras instituições de Justiça, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. As principais transformações, as mudanças estruturais (sobre as quais escrevi um livro, **Processo civil estrutural**, 3. ed. Juspodivm, 2022) derivam não da imposição ou do protagonismo isolado, mas da sinergia. O maior acordo coletivo da história do processo latino-americano, o acordo coletivo de Brumadinho, estendeu as fronteiras do direito em diversos aspectos, pela sinergia entre Ministério Público, Defensoria e o Estado. Tudo em benefício das pessoas atingidas.

Mas essa sinergia institucional não acaba no direito. Ela inclui também a pesquisa. Ser membro do Ministério Público significa inteirar-se não apenas do conhecimento jurídico, mas também de uma série de outros saberes. No acordo de Brumadinho, estudamos rejeitos de mineração, abastecimento de água, silagem animal, estratégias de mobilização e participação social, técnicas de estudos de risco à saúde humana, entre tantos outros temas. Desse processo também participaram (e ainda participam) algumas das maiores instituições de pesquisa do País, como peritas ou assistentes técnicas. A interdisciplinaridade de conhecimentos é produzida pela sinergia interinstitucional.

Esse caso exemplifica a importância singular de que o Ministério Público continue sendo uma instituição aberta ao saber, ao debate e à produção de conhecimento. Não há concorrência entre a pesquisa, o ensino e a atividade profissional. Há, de fato, sinergia. A Escola Superior do Ministério Público da União bem o demonstra, apoiando e divulgando a produção de conhecimento no âmbito do Ministério Público, há décadas. Os cursos, eventos e parcerias da Escola fomentam a qualificação continuada de um grupo de pessoas que, acima de tudo, precisam saber para fazer.

Ter autoridade sem ter conhecimento é um risco. Amplifica a possibilidade de utilizar a ferramenta errada para o problema certo ou, pior ainda, de nem sequer saber identificar o problema certo. Afinal, como defenderam Michael Cohen, James March e Johan Olsen, em um artigo dos anos 1970, em situações complexas, problemas e soluções estão misturados, como em uma lata de lixo (*garbage can model*). Não se consegue visualizar o problema sem antes localizar a solução. É só com o conhecimento, diuturnamente produzido nas instituições de ensino, pesquisa e, por que não, no Ministério Público, é que os problemas podem encontrar as soluções.

Se, “para quem só tem um martelo, tudo é prego”, a pesquisa é a nossa loja de ferramentas.

Edilson Vitorelli

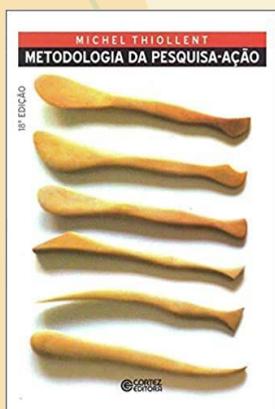
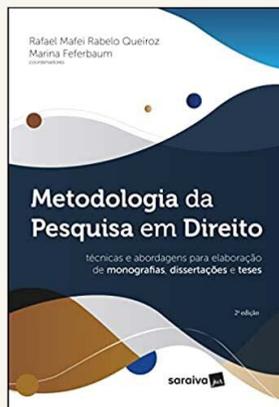
Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Procurador da República.

Obras Físicas

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coord.). **Metodologia da pesquisa em direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Localização: 001.42 M593 2. ed.

Rafael M. R. Queiroz é bacharel, mestre, doutor e livre-docente em Direito; é professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Marina Feferbaum é doutora e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente da FGV Direito SP. O livro pretende ser um manual de referência para pesquisas para qualquer nível acadêmico no Direito – inclusive o mestrado profissional.



THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed., 5. reimpr. São Paulo: Cortez, 2018.

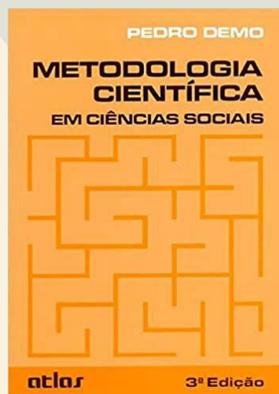
Localização: 001.42 T444m 18. ed. 2018

O autor é doutor em Sociologia pela Universidade de Paris e professor universitário aposentado. Este livro apresenta um roteiro prático para a concepção e organização de uma pesquisa e discorre sobre sua aplicação em diversas áreas: Educação, Comunicação, Tecnologia Rural etc.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl., 19. reimpr. São Paulo: Atlas, 2018.

Localização: 300.072 D383m 3.ed.

O autor é sociólogo e professor universitário brasileiro. Na primeira parte deste texto, o autor trata de questões mais gerais, onde sobressai a perspectiva da sociologia do conhecimento em diversas áreas do saber científico. Na segunda parte do texto, o autor destaca algumas abordagens importantes da pesquisa atual nas Ciências Sociais.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

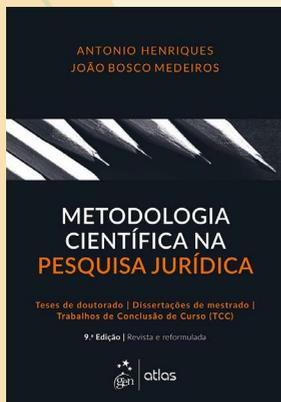
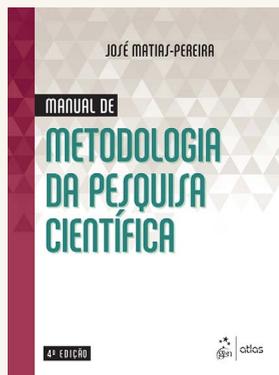
Localização: 001.42 M321f

A autora Marina de Andrade Marconi é doutora em Antropologia pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP-Franca. Eva Maria Lakatos é mestre e doutora em Ciências, doutora em Filosofia (Metodologia Científica) e livre-docente em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). A obra das professoras é um instrumento confiável por esclarecer procedimentos e abordar um conteúdo aprofundado com variados exemplos.

Livros Digitais

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed., 3. reimpr. Barueri, SP: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39NADPZ>. Acesso em: 22 jun. 2022.

O autor da obra é economista e advogado. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Complutense de Madrid e pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo. Sua obra é um guia elaborado para fins didáticos que, em sua forma e conteúdo, especialmente para os cursos de educação a distância, apresenta os principais conceitos da metodologia da pesquisa, suas etapas e instruções para auxiliar alunos, professores e pesquisadores na produção de um trabalho científico: monografia, dissertação e tese de doutoramento.

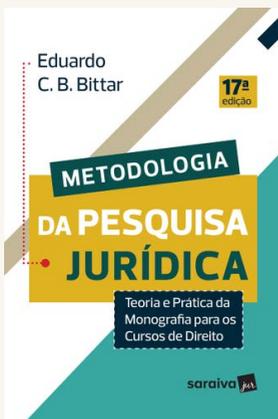
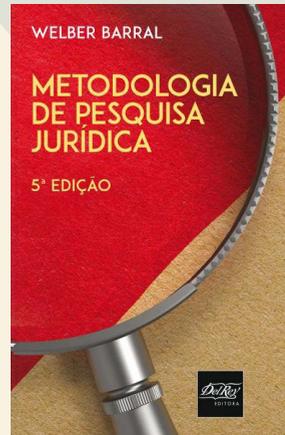


HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia científica da pesquisa jurídica**. 9. ed. Barueri, SP: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3n8OUK5>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Antonio Henriques é doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e advogado. João Bosco Medeiros é mestre em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Livro prático para a realização de trabalhos acadêmicos, sem deixar de discutir temas fundamentais à metodologia científica.

BARRAL, Welber. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uhWbvh>. Acesso em: 22 jun. 2022.

O autor é doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. É professor no Instituto Rio Branco e professor visitante da American University, Penn State University School of Law e na Universidad de Valencia. Este livro deriva de anotações dos cursos que o autor ministrou sobre o assunto e de sua experiência como coordenador de monografias na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É, portanto, um trabalho de caráter pragmático, que se preocupa menos com o estado do debate sobre epistemologia do Direito, e mais com técnicas efetivas para incrementar a atividade do pesquisador iniciante.

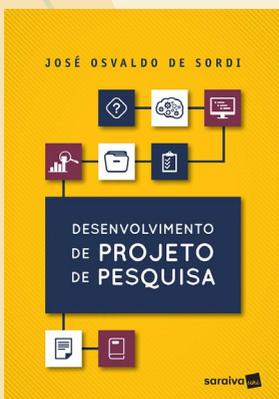
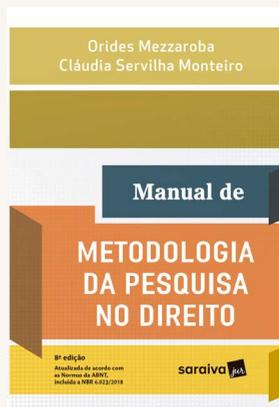


BITTAR, E. C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3HKFwWD>. Acesso em: 23 jun. 2022.

Eduardo C. B. Bittar é jurista, professor e pesquisador. Nessa obra, ele discute a noção de ciência e investiga o estatuto científico do direito, propondo relações e desdobramentos da metodologia com diversos aspectos da pesquisa científica, de modo a relacioná-la com a criação, a linguagem, a interpretação, os direitos intelectuais, os limites éticos, técnicos e político-ideológicos que marcam todo

MONTEIRO, C. S.; MEZZAROBBA, O. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3u0SMR9>. Acesso em: 23 jun. 2022.

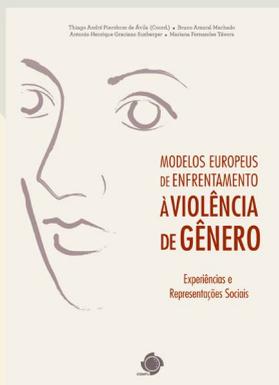
Orides Mezzaroba é professor universitário. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-doutor junto à Universidade de Coimbra – Portugal. Cláudia Servilha Monteiro é doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina. O livro apresenta as bases para compreender os tipos e os conceitos que caracterizam cada forma de conhecimento; os diferentes métodos e referenciais teóricos utilizados no desenvolvimento de pesquisas na área das ciências sociais aplicadas; as diversas formas de estruturar pesquisas e os elementos que devem fazer parte da monografia, dissertação e tese, incluindo um modelo de projeto de pesquisa com todos os seus elementos obrigatórios e opcionais e os indicativos gerais para a formatação do trabalho científico.



SORDI, J. O. de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3bodcx8>. Acesso em: 23 jun. 2022.

O autor é docente-pesquisador do Centro Universitário Campo Limpo Paulista (UNIFACCAMP) e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A obra propõe-se a auxiliar no processo de elaboração de um projeto de pesquisa, apresentando de maneira detalhada, estruturada e integrada as atividades, as técnicas e as seções de texto mais recorrentes na composição de um projeto de pesquisa.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de (Coord.); MACHADO, Bruno Amaral; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; TÁVORA, Mariana Fernandes. *Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais*. Brasília: ESMPU, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2JS-PPbA>. Acesso em: 29 jun. 2022.



Finalizamos a lista com uma obra resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito da ESMPU. Ela apresenta os resultados de pesquisa conduzida pelos promotores de Justiça do MPDFT Thiago André Pierobom de Ávila (coord.), Bruno Amaral Machado, Antonio Henrique Graciano Suxberger e Mariana Fernandes Távora. O estudo buscou esclarecer se algumas das estratégias político-criminais do MPDFT para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher possuem semelhança com as tendências de sistemas jurídicos estrangeiros, com destaque para Espanha, Portugal, França e Reino Unido.

Consulte outras obras no catálogo da Rede de Bibliotecas do MPF <http://pergamum.pgr.mpf.mp.br/pergamum/biblioteca/index.php> e faça sua solicitação em um dos seguintes canais:

E-mail · nubip@escola.mpu.mp.br

Telefones · (61) 3553-5408 | 5409 | 5410

Página da Biblioteca da ESMPU · <http://escola.mpu.mp.br/servicos-academicos/biblioteca>



escola.mpu.mp.br